

Formação de agentes de desenvolvimento rural sustentável

João Luis Dremiski

Instituto Federal do Paraná

Pedro Henrique Weirich Neto

Natali Maidl De Souza

Jaime Alberti Gomes

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Lama

Resumen

No contexto de valorização da agricultura camponesa no Brasil, propõe-se um curso de extensão que busca redefinir uma proposta pedagógica. O mesmo foi denominado “Formação de Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável”, o qual visa contribuir para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O local escolhido foi a comunidade Ligação, no norte do município de Prudentópolis. O curso é direcionado a jovens egressos do ensino médio e tem como objetivo capacitá-los para incorporar e adaptar tecnologias de produção conforme a demanda, bem como interagir socialmente na comunidade. Composto por 5 módulos, presenciais e a distância, síncronos, pretende-se abordar ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo, análise temática, tópicos em agricultura sustentável, comunicação e gestão, políticas públicas agrícolas, ambientais, sociais e econômicas. O módulo final será um Projeto Comunitário que promova o desenvolvimento sustentável. Para as universidades envolvidas, promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e contribuir para o desenvolvimento de tecnologias adaptadas de produção, gestão e comercialização no campo representa uma (re)significação da educação.

Palavras chaves: Extensão rural; educação do campo; agricultura familiar; agroecologia.

1. Introdução

Os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e dos Sistemas de Extensão Rural são alvo de críticas e necessitam da reinterpretação da extensão rural, que vai além da simples transferência de conhecimento e tecnologia. Buscar estratégias eficazes e inovações metodológicas se tornou crucial para adaptar a ação extensionista a diferentes contextos. Esse processo é muito mais amplo que o processo de transferência de conhecimento e tecnologias praticadas por entidades que muitas vezes defendem o debate dominado por previsões malthusianas de fome no mundo (Freire, 1983).

Nesse sentido, a abordagem educativa junto aos agricultores familiares e comunidades tradicionais, grupos muitas vezes marginalizados. Estes possuem especificidades culturais, sociais, ambientais e econômicas, que devem ser consideradas na discussão da organização política em busca do desenvolvimento rural sustentável. Esse novo padrão de atuação

extensionista demanda abordagem inclusiva, participativa, dialógica e sustentável, valorizando a diversidade cultural e os recursos naturais.

O município de Prudentópolis, não foge ao desenho social e produtivo dos municípios das Mesos regiões Sul e Centro Oriental do Estado do Paraná, Brasil, onde a agricultura familiar representa a maioria dos estabelecimentos rurais, com grande importância na produção de alimentos, e na prestação dos serviços ecológicos prestados à sociedade (IPARDES, 2023). O uso eficiente dos fatores de produção terra, água, mão de obra e tecnologia aliados à escolaridade, apoiados em projeto político pedagógico e currículo focado na realidade camponesa refletem diretamente no capital financeiro, tecnológico, humano, social e ambiental, beneficiando direta ou indiretamente as famílias (Rocha, Weirich Neto & Souza, 2016).

Nesse cenário, a educação desempenha um papel crucial, e uma Extensão Rural orientada para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e da soberania alimentar torna-se essencial para garantir o protagonismo das unidades familiares na produção agropecuária e na comunidade rural.

2. Objetivos

Formar Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável, capacitando egressos de ensino médio nas multidimensões da sustentabilidade econômica, ambiental, social, cultural, política e ética. E como objetivos específicos tem-se a meta de capacitar egressos de ensino médio em métodos participativas de Diagnósticos rurais; revisar conceitos básicos socioeconômicos, ambientais e produtivos a partir do contexto local para egressos de ensino médio; proporcionar para egressos de ensino médio conhecer tecnologias adequadas para agricultura, floresta e pecuária a partir das diferentes matrizes produtivas; capacitar egressos de ensino médio em políticas públicas rurais e formas de participação social e governança; proporcionar para egressos de ensino médio proporem referências para Plano local de desenvolvimento rural sustentável.

3. Fundamentação teórica

Destaca-se, conforme dados do IBGE, que 43% dos estabelecimentos agropecuários pertencentes à agricultura familiar recebem assistência do Sistema estatal de ATER. Esses números evidenciam que, apesar das políticas implementadas para diversificar e aumentar o leque de entidades que oferecem serviços de ATER aos agricultores familiares — como cooperativas, empresas privadas de planejamento, organizações não governamentais e o Sistema S —, tais iniciativas não lograram em reduzir a dependência desses agricultores em relação às instituições estatais.

Este déficit tem impacto direto na capacidade dos camponeses, agricultores familiares e ecologistas de adotar práticas inovadoras, gerenciar recursos de maneira sustentável e aprimorar tanto sua produtividade quanto as estratégias de comercialização. A implementação de técnicas modernas de manejo, adoção de irrigação eficiente e incorporação de práticas agroecológicas torna-se um desafio considerável na ausência da orientação técnica adequada.

A expansão da área cultivada e do número de agricultores, e, conseqüentemente, a adoção da prática agroecológica, estão intrinsecamente ligadas ao conhecimento camponês. Longe de ser um conjunto de fórmulas prontas, essa abordagem consiste em uma série de princípios aplicáveis de acordo com a realidade específica de cada agricultor. Nesse sentido, os investimentos na disseminação da ATER, por meio da educação popular e do treinamento, desempenham papel

crucial, buscando ampliar a autonomia dos agricultores em relação à sua própria produção e fomentar processos sociais de difusão da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Ao proporcionar conhecimentos e competências relacionados à gestão sustentável dos recursos naturais, à organização social, à revitalização econômica das áreas rurais e à implementação de políticas públicas em territórios ocupados pela agricultura familiar, assentamentos rurais e comunidades tradicionais, as instituições de ATER têm o potencial de capacitar as comunidades para participar ativamente na preservação e no uso responsável dos serviços ecossistêmicos (Altieri, 95, 2000).

Desenvolver estratégias que descentralizem a prestação de serviços de ATER, adaptando as abordagens às particularidades regionais e estimular a regionalização da ATER garante uma resposta mais específica às necessidades locais, considerando variações climáticas, culturais e socioeconômicas. (Nascimento J.Alcântara, F.; Lisboa, A. & Santos, M. 2019).

A inclusão e a participação ativa das comunidades nas decisões que afetam suas vidas são princípios fundamentais, no processo de planejamento e implementação da ATER (Weirich Neto, PH; Gomes, JA; Souza, NM de & Rocha, CH 2023). Propõe-se a criação de espaços participativos, nos quais as diversas vozes, incluindo aquelas historicamente marginalizadas, sejam ouvidas. A construção coletiva de metas e ações fortalece o senso de pertencimento e assegura que as políticas de ATER atendam às demandas reais, refletindo as necessidades e aspirações locais. Incentivar a criação de comitês locais, envolvendo agricultores, lideranças comunitárias e representantes de organizações locais para assegurar uma abordagem participativa e alinhada às reais necessidades da população rural. (Paludo Giombelli, Giovana, Andréia Tecchio, & Valdete Boni. 2022).

A falta de assistência técnica e extensão rural em larga escala impacta negativamente o desenvolvimento sustentável agrícola, limitando o acesso dos agricultores a conhecimentos e práticas inovadoras e dificultando a valorização de suas práticas sustentáveis. Essas lacunas identificadas exigem respostas audaciosas e solidárias. Em meio aos desafios socioambientais. Isso implica não apenas em práticas agrícolas sustentáveis, mas também na promoção do direito humano à alimentação, à inclusão social e na preservação dos recursos naturais fundamentais.

A análise revela a urgência de abordagens inovadoras e colaborativas para superar lacunas e promover uma transformação positiva nas comunidades rurais brasileiras. Além dos benefícios locais, o compromisso com o desenvolvimento rural sustentável no Brasil contribui diretamente para desafios globais, como as mudanças climáticas e a preservação da biodiversidade. A agricultura sustentável não apenas mitiga os impactos ambientais negativos, mas também se torna uma força motriz para a inovação, a criação de oportunidades e o fortalecimento das comunidades.

4. Metodologia

O método para construção do “Curso Agentes de Desenvolvimento Rural”, que ocorre no Colégio Estadual do Campo Imaculada Conceição, na Comunidade de Ligação, na região norte de Prudentópolis, no estado do Paraná, tem como base uma abordagem educativa e participativa, inspirada na Pedagogia da Alternância e ancorada na concepção da Educação do Campo. As etapas para a construção do programa educacional foram:

1. Revisão Bibliográfica: O processo inicia-se com uma revisão bibliográfica abrangente para entender os desafios e oportunidades relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. Isso

envolve a análise de estudos, políticas públicas e práticas bem-sucedidas em contextos semelhantes (Rocha, Weirich Neto & Souza, 2016; Pinheiro & Brick, 2023).

2. Reunião na Escola-sede: Nesses encontros, foram discutidos os objetivos, a estrutura curricular e as expectativas tanto da escola quanto dos futuros agentes de desenvolvimento rural. Foi etapa importante para alinhar as metas do curso com as necessidades locais.

3. Reunião no Núcleo de Educação: O curso também estabelece contato com o núcleo regional de educação visando apresentação da proposta e obter apoio institucional e facilitar a integração do curso com as políticas educacionais.

4. Reunião com Grupo de Professores da UEPG e IFPR: Professores e pesquisadores das universidades locais desempenham um papel fundamental na elaboração e implementação do curso. Reuniões com esses profissionais ajudaram a desenvolver o primeiro currículo e a incorporar práticas inovadoras.

5. Reunião com IDR/PR (Instituto de Desenvolvimento Rural): O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná é um parceiro importante para fornecer conhecimento regional e histórico de ações, bem com orientação técnica e prática aos participantes do curso. Essas reuniões ajudam a alinhar os conteúdos com as necessidades da comunidade.

6. Reunião com a Prefeitura: As prefeituras locais são atores-chave no desenvolvimento rural. Reuniões com representantes da prefeitura buscam obter apoio institucional e identificar possíveis recursos para manutenção do curso.

7. Audiência Pública: Para envolver a comunidade em todo o processo, uma audiência pública foi realizada para apresentar o curso e obter contribuições, sugestões e feedback da população local. Isso garante que o curso seja verdadeiramente orientado pelas necessidades da comunidade.

5. Resultados

A organização do “Curso Agentes em Desenvolvimento Rural Sustentável” modalidade presencial, a distância (síncrono) e em alternância, foi estruturado para ser integralizado em 180 horas e em 4 meses letivos. A matriz curricular foi definida em 5 módulos certificados como curso de extensão, ofertado no período vespertino e noturno.

Módulo 1 – Diagnóstico Rural Participativo e Pesquisa-Ação

No início do curso exige a elaboração de um Diagnóstico Rural Participativo (Verdejo, 2010) que é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento possibilitando identificar os interesses, aptidões e prioridades da comunidade, bem como a análise da Investigação Temática com a definição dos temas geradores e o movimento de estudo crítico da situação de cada tema por grupos. Estes conceitos e a elaboração do diagnóstico são realizados presencialmente. Exemplos de diagnósticos foram relatados em aulas a distancia síncronas.

Módulo 02 – Tópicos em Agricultura Sustentável

Essa é uma etapa essencial no curso de formação de agentes de desenvolvimento rural. Este módulo é projetado para fornecer uma compreensão abrangente de tópicos cruciais relacionados

à agricultura sustentável, como solos, água, culturas agrícolas, manejo de animais, florestas e agroindústria, os participantes adquirem o conhecimento e as habilidades necessárias para impulsionar o desenvolvimento rural de forma sustentável e contribuir para um futuro mais próspero e equilibrado em suas regiões. Os conteúdos básicos sobre solos, produção vegetal, produção animal e transformação agroindustrial são discutidos presencialmente. Relatos de sistemas produtivos alternativos e de experiências são relatados à distância, de forma síncrona.

Módulo 03 – Tópicos em Comunicação e Gestão

Os temas de gerenciamento, comunicação e colaboração são essenciais para impulsionar o desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais. Este módulo oferece um conjunto diversificado de tópicos que capacitam os agentes a compreenderem e liderarem iniciativas que beneficiam suas regiões. São habilidades necessárias para liderar iniciativas que promovam o diálogo de saberes, práticas de experimentação, organização de eventos educacionais, colaboração através do associativismo e cooperativismo, participação em conselhos de desenvolvimento, gestão econômica eficaz e a adoção de tecnologias inovadoras. Com esse conhecimento, os agentes estão bem preparados para impulsionar o desenvolvimento sustentável em suas comunidades, contribuindo para o crescimento econômico, a equidade social e a proteção do meio ambiente. Os conceitos básicos dos referidos temas são tratados presencialmente. Relatos de experiências são discutidos à distância, de forma síncrona.

Módulo 04 – Políticas Públicas Agrícolas, Ambientais, Sociais e Econômicas

Eles estudam políticas agrícolas, ambientais e sociais, programas de alimentação escolar, oportunidades na agroindústria, acesso ao crédito e habitação, educação no campo e práticas agroecológicas. Com esse conhecimento, os agentes estão bem orientados para promover o desenvolvimento sustentável em suas regiões, garantindo o bem-estar das comunidades rurais e a proteção do meio ambiente.

Módulo 05 – Apresentação do Projeto Comunitário Final

Ao iniciar o curso a turma será orientada a construir um Projeto Comunitário. Será um meio de concretizar as pesquisas, buscando conhecer melhor a realidade socioeconômica, cultural, política e profissional regional. O Projeto será um meio de implementar um experimento coletivo. Com atividades complementares aos módulos foi proposto os Mutirões são atividades laborais coletivas. Os mesmos consistem em trabalhos práticos de caráter produtivo (atividades agrícolas), comunicação, alimentação e administrativo. As Visitas às Famílias e Comunidades tratam de atividades desenvolvidas pela equipe técnica/pedagógica no meio familiar dos educandos, tendo como objetivos: Aproximar o curso da família e comunidades e envolver os pais na participação efetiva da proposta do curso.

6. Considerações finais

Tendo como objeto central da análise a formação de agentes de desenvolvimento sustentável, a experiência do Curso Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável de Prudentópolis propõe no decorrer de sua edição, uma transformação abrangente nas relações sociais de produção, não obstante, princípios de formação profissional e tecnológica assentada na concepção da Educação do Campo, estabelecida a partir de um processo onde os camponeses são sujeitos centrais da ação educativa. O extensionista, nessa concepção, busca favorecer um aprendizado que vá ao encontro da realidade do educando. Assim, o educando torna-se capaz de relacionar o aprendizado em sala de aula com seu universo de conhecimento, experiência e situações

profesionais. Neste proceso também é estimulado uma atitude técnico-científica dos educandos, ou seja, interesse em descobrir, questionar e propor soluções para transformação pessoal e da comunidade.

É imperativo aos agricultores familiares e suas organizações, ONGs, universidades e governos construir estratégias que favoreçam a produção e o compartilhamento de novos conhecimentos e tecnologias sociais que contribuam para o fortalecimento e manutenção destes sujeitos sociais no campo.

Referencias

- Altieri, M. A. (1995). *Agroecology: the science of sustainable agriculture*. Intermediate Technology Publications Ltd.
- Altieri, M. A. (2000). *Agroecology: principles and strategies for designing sustainable farming systems*. Agroecology in action.
- Freire, P. (1983). Extensão ou Comunicação? Paz e terra.
- IBGE. (2017). *Censo agropecuário: resultados definitivos*. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2023). *Panorama Socioeconômico do Estado do Paraná*. Curitiba.
- Nascimento, J. Alcântara, F.; Lisboa, A.; Santos, M. (2019). Construção social de mercados agroalimentares e a ater: desafios para o desenvolvimento do território do sertão ocidental de Sergipe. *Revista geográfica acadêmica*, 13(1), 5–28.
- Paludo Giombelli, G; Tecchio, A., Boni, V. (2022). A construção social de um sistema de governança territorial: atuação de uma cooperativa de crédito rural na região Oeste de Santa Catarina. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 42 (1). 186-204.
- Pinheiro, E, B.; Brick, E. M. (2023). Da denúncia ao anúncio: movimento de um planejamento Ético-Crítico inspirado na Investigação Temática Freireana. *Revista Espaço do Currículo*. <https://10.15687/rec.v16i2.67283>
- Rocha, C. H., Weirich Neto, P. H., e Souza N. M. de. (2016). *Sustentabilidade: a transformação vem da agricultura familiar*. Estúdio Texto.
- Verdejo, M. (2010). *Diagnóstico Rural Participativo: guia prático*. MDA.
- Weirich Neto, PH; Gomes, JA; Souza, NM de; Rocha, CH (2023). A agricultura camponesa brasileira e a bioenergia: pesquisa como demanda da extensão. *Orbis Latina*, 13, 113- 135. <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/4049>